PAUTA
PARA A 7ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 13 DE FEVEREIRO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 19, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Expedicionário Jarbas de Souza" ao prédio da Delegacia de Polícia de Campos Novos Paulista.

2 - Projeto de lei nº 20, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Itu - POEAO", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 21, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre apresentação de sessões de Cinema, de espetáculos de Música, Teatro e Dança e de palestras literárias nas escolas estaduais do Estado.

4 - Projeto de lei nº 22, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara de utilidade pública a "Frente de Assistência Social - FAS", em Maracaí.

5 - Projeto de lei nº 23, de 2012, de autoria do deputado André do Prado. Altera o artigo 2º da Lei nº 9.368, de 1996, que deu a denominação de "Prof. Alfredo Rolim de Moura" ao trecho da Rodovia SP 88 que liga a cidade de Mogi das Cruzes à Estrada dos Tamoios.

6 - Projeto de lei nº 24, de 2012, de autoria do deputado Rui Falcão. Acrescenta artigo 6º-A à Lei Estadual n.º 10.726, de 2001, que dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979 e que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado.

7 - Projeto de lei nº 25, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui o "Programa Multidisciplinar para Tratamento da Obesidade Infantil", sob coordenação da Secretaria de Estado da Saúde.

8 - Projeto de lei nº 26, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dispõe sobre a nomenclatura dos juízes e suplentes de Juiz de Casamento.

9 - Projeto de lei nº 27, de 2012, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Álvaro José de Souza" à Escola Estadual Jardim Peabiru, em Botucatu.

10 - Projeto de lei nº 28, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Portuguesa Nossa Senhora de Fátima" em Palmital.

11 - Projeto de lei nº 29, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara patrimônio cultural do Estado a "Igreja Matriz Nova de Santo Antônio de Americana", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 30, de 2012, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Engenheiro Gino Dartora" ao viaduto localizado no km 34 da Rodovia Tancredo Neves, sobre a linha férrea 7 Rubi da CPTM, em Caieiras.

13 - Projeto de lei nº 31, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de jornalista "Paulo Martinelli" à alça de acesso de Sousas, ligação da Rodovia D. Pedro I, SP 065, aos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, em Campinas.

14 - Projeto de lei nº 32, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival JapanSul", na Capital.

15 - Projeto de lei nº 33, de 2012, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "José Antonio Forcin" ao trevo localizado no km 329 da Rodovia Leônidas Pacheco Ferreira, SP 304, em Bariri.

16 - Projeto de lei nº 34, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública o "Lar da Velhice e Assistência Social", em Araçatuba.

17 - Projeto de lei nº 35, de 2012, de autoria do deputado Ary Fossen. Acrescenta-se ao artigo 1º da Lei nº 119, de 1973, alterada pela Lei nº 12.292,

de 2006, o parágrafo 11, dispondo sobre a competência da SABESP para o fornecimento e a manutenção de hidrantes para o combate a incêndios.

18 - Projeto de lei nº 36, de 2012, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Institui a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado.

19 - Moção nº 6, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 3392/2004, que torna obrigatória a presença de advogado nas ações trabalhistas e estabelece critérios para a fixação dos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 16, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública o "Grupo de Apoio, Prevenção e Informação ao Soropositivo de Itu", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 17, de 2012, de autoria da deputada Telma de Souza. Dispõe sobre as formas de divulgação no Estado das promoções de produtos alimentícios com menos de um mês para o término de sua validade.

3 - Projeto de lei nº 18, de 2012, de autoria da deputada Telma de Souza. Proíbe no Estado a distribuição ou venda de embalagens de plástico e papel que não forem ecologicamente corretas.

4 - Moção nº 5, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 5346, de 2009, que regulamenta a profissão de educador social.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 10, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Obriga os estabelecimentos comerciais, praças de alimentação ou similares, e refeitórios de empresas privadas e órgãos públicos do Estado, a adaptar, em porcentagem mínima, lugares com cadeiras adequadas para atendimento às pessoas obesas e/ou com necessidades especiais.

2 - Projeto de lei nº 11, de 2012, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Engenheiro Fábio Quintela Fortes" à rotatória localizada no km 150 (SPD 150/215) da Rodovia SP 215, que dá acesso ao Bairro Cidade Aracy, em São Carlos.

3 - Projeto de lei nº 12, de 2012, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Torna obrigatória a adoção de pavimentação ecológica nas áreas que menciona.

4 - Projeto de lei nº 13, de 2012, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá a denominação de "Vereador Décio de Carvalho" à Delegacia de Polícia de Boituva.

5 - Projeto de lei nº 14, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Estabelece princípios, prazos e demais atos necessários para a tramitação responsável e ágil de processos relativos à vida funcional dos servidores da educação pública estadual.

6 - Projeto de lei nº 15, de 2012, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação do Educandário Allan Kardec", na Capital.

7 - Moção nº 2, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para aprovação da tese apresentada ao Congresso Nacional que dispõe sobre a tipificação do crime de Traficcídio.

8 - Moção nº 3, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que não meçam esforços para que a flexibilização do horário do Programa "A Voz do Brasil" seja priorizada e aprovada, frente à importância e repercussão que o assunto representa para toda a nação brasileira.

9 - Moção nº 4, de 2012, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Apela para a Sra. Presidenta da República, para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para os líderes partidários e para o Egrégio Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) afim de conceder às "clínicas de vacinação" os benefícios do Simples Nacional.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 8, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Francisco Lopes" ao viaduto localizado no km 157 da

Rodovia Presidente Castelo Branco SP - 280, em Quadra.

2 - Projeto de lei nº 9, de 2012, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a Lei nº 12.675, de 2007, que dispõe sobre a proteção e defesa dos consumidores de combustíveis.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2012, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Acrescenta o inciso III ao artigo 89 e o inciso XVI ao artigo 295 da Lei Complementar n. 734, de 26 de novembro de 1993 - Lei Orgânica Estadual do Ministério Público.

2 - Projeto de lei Complementar nº 2, de 2012, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre criação e extinção de cargos no Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado.

3 - Projeto de lei nº 2, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de informações sobre o café torrado e moído na embalagem do produto.

4 - Projeto de lei nº 3, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Desobriga as pessoas obesas de passar pela "catraca" quando do embarque ou desembarque em todos os veículos - ônibus, microônibus, trem e metrô - que operam no transporte público de passageiros no Estado

5 - Projeto de lei nº 4, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Antonio Carlos Lehmann" à Escola Estadual Residencial Parque São Bento, em Campinas.

6 - Projeto de lei nº 5, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Torna obrigatória a disponibilização de informações básicas sobre os responsáveis pelos "sites" e páginas eletrônicas que comercializam bens e serviços no Estado.

7 - Projeto de lei nº 6, de 2012, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de Corredor Metropolitano "Vereador Biléo Soares" ao Corredor Metropolitano Noroeste que liga as Cidades da Região Metropolitana de Campinas.

8 - Projeto de lei nº 7, de 2012, de autoria da deputada Telma de Souza. Declara de utilidade pública o Teatro do Kaos, em Cubatão.

9 - Moção nº 1, de 2012, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e outros. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que tomem as providências administrativas e legislativas necessárias para fiscalizar e impedir o acesso de crianças e adolescentes a salas de bate-papo virtual de conteúdo sexual, a imagens pornográficas ou aos demais meios de exploração de sexo na Rede Mundial de Computadores.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 28, de 2011, de autoria da deputada Telma de Souza. Cria a Procuradoria Especial da Mulher, como órgão não vinculado à Procuradoria da Assembleia. Parecer nº 80, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 1055, de 2011, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá nova redação ao §1º do artigo 47 da Lei 12.233, de 2006, que define a área de proteção e recuperação dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Parecer nº 79, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 747, de 2011, de autoria do deputado Fernando Capez. Declara de utilidade pública a "Saúde em Vida" - Associação de Assistência a Portadores de Hepatites e Transplantados Hepáticos do Estado de São Paulo, em Limeira.

2 - Projeto de lei nº 949, de 2011, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação Grupo Rio-Pardense Amigos do Deficiente Físico", em São José do Rio Pardo.

3 - Projeto de lei nº 991, de 2011, de autoria dos deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão. Dá a denominação de "Profª Vera Lúcia Cosmo Lucena" à

Escola Estadual do Bairro Conceição do Herval, em Apiai.

4 - Projeto de lei nº 1002, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Dia Estadual de Missões".

5 - Projeto de lei nº 1057, de 2011, de autoria do deputado João Caramez. Declara de utilidade pública o VICC - "Voluntários Itarareenses no Combate ao Câncer", em Itararé.

6 - Moção nº 42, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem as providências necessárias para que seja reformulado o artigo 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no sentido de serem aumentadas as penas previstas para os crimes de receptação e receptação qualificada.

7 - Moção nº 49, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para o Sr. Presidente do Senado Federal a fim de que determinem estudos e adoção de providencias para que seja instituída uma campanha de esclarecimento acerca dos problemas relacionados ao Projeto de Lei Ordinária nº 5003-B, de 2001, substituído pelo PLC 122, de 2006, que criminaliza qualquer manifestação contra homossexualismo especificamente, distorcendo valores e tratando pessoas com preferências sexuais específicas como se não fossem cidadãos normais.

8 - Moção nº 89, de 2011, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que o Projeto de Lei nº 1472 de 2007, que torna obrigatória a divulgação do percentual de impostos na composição do preço das mercadorias e serviços em notas fiscais ou painéis eletrônicos, seja aprovado.

9 - Moção nº 117, de 2011, de autoria dos deputados Leci Brandão e Pedro Bigardi. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, afim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 757/2011, que institui o Cultura Viva - Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

3ª Sessão

Projeto de lei nº 1068, de 2011, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Gisselda Aparecida Turola Piovezan" à Escola Estadual Bairro dos Rosas, em Amparo.